

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA CONSTRUÇÃO
DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO**

GILCÉLIO DE PAULA DIAS

Belo Horizonte
2015

GILCÉLIO DE PAULA DIAS

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA CONSTRUÇÃO
DO PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte
2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Universidade Federal de Minas Gerais
Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar
Curso de Especialização em Gestão Escolar

Dissertação intitulada: “*A importância do conselho escolar para construção do projeto político-pedagógico*” de autoria do cursista Gilcélcio de Paula Dias aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Orientadora - Hasla de Paula Pacheco

Belo Horizonte, 06 de julho de 2015

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado a todos que me apoiaram no decorrer do curso, em especial ao Senhor Jesus, que tem transformado a minha vida e colocado no meu caminho pessoas de luz assim como a professora Hasla Pacheco que me orientou e não desistiu de mim. Também a minha família que é e sempre será meu porto seguro. Sendo assim peço a Deus que ilumine a todas essas pessoas que foram anjos em minha vida e que possam ser anjos na vida de outras pessoas também.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade dada pelo Governo do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria do Estado da Educação e a Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, que me proporcionaram a oportunidade de aprender mais sobre a importância dessa função que é árdua e ao mesmo tempo prazerosa de coordenar uma equipe e poder fazer a diferença na posição de gestor escolar e enriquecer ainda mais o meu aprendizado referente a minha formação acadêmica de pedagogia.

Aos professores, orientadores, colegas de trabalho, colegas do curso de Gestão escolar e família que sempre me incentivaram e ajudaram nos momentos de fraqueza não me deixando desistir.

Meu agradecimento e reconhecimento a todos que dividiram comigo aprendizagem adquirida ao longo da vida, aumentando a minha bagagem de conhecimento que não tem preço.

RESUMO

Este texto construído por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental aborda a importância do Conselho Escolar para Construção do Projeto Político-Pedagógico. O principal documento para reflexão foi o Projeto Político- Pedagógico do Centro de Educação Continuada (CESEC) que busca dentro do processo da educação princípios que se fundamentam em objetivos educacionais representativos dos interesses da comunidade escolar. Os objetivos da análise nos levam a pensar sobre as reais necessidades da comunidade local para construção de projetos que valorizem os conhecimentos provenientes das experiências vivenciadas. Outro objetivo é propor uma reflexão crítica na busca de respostas que venha facilitar o processo de construção de projetos com ênfase no projeto político pedagógico, propiciar o entendimento acerca das relações entre todos os envolvidos durante os trabalhos escolares. Nas considerações finais percebemos que os conselhos são de extrema importância para o conhecimento diagnóstico da comunidade local visando a inserção desses membros nos trabalhos dentro do contexto escolar. Assim a fundamentação das dimensões pedagógicas e os métodos e técnicas administrativas, mais adequadas à promoção da racionalidade interna e externa expressadas em documento como o PPP elaborado de forma democrática participativa visando uma escola de formação humana e de qualidade. Desse modo, por fim, refletimos sobre a conscientização do coletivo da escola sobre a importância da formação de conselhos para o posicionamento junto a elaboração de projetos onde todos participem dos trabalhos e da tomada de decisão, focando uma proposta educacional de uma escola que promova os fins da educação dentro de seus princípios básicos da gestão democrática, que seja totalmente voltada para a inserção social da escola na comunidade e da comunidade para a escola. Levando os envolvidos a identificar qual será o verdadeiro papel da escola democrática.

Palavras chaves: Conselho Escolar; Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A IMPORTANCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	9
2.1 A Gestão Democrática.....	11
2.2 Planejamentos e Reformulações Educacionais.....	12
2.3 Comunidade e escola na construção do espaço democrático.....	13
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18

ANEXO: Projeto Político- Pedagógico

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado cujo tema é “A importância do conselho escolar para construção do projeto político- pedagógico” que é requisito para conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar da UFMG, tem com o objetivo compreender os aspectos que norteiam a estruturação do PPP ((Projeto Político -Pedagógico) e a presença do conselho escolar atuante para os trabalhos, além de destacar a importância da participação de todos na construção, implementação e manutenção de projetos, visando à melhoria da qualidade do ensino e a concretização de um espaço realmente democrático do Centro de Educação Continuada (CESEC). Segundo (Veiga 2007, p. 117) “O Projeto Político e Pedagógico exige uma ação colegiada, para verificar se as atividades pedagógicas estão coerentes com os objetivos propostos e também que cada professor desenvolva um plano, uma proposta de ensino atrelada ao projeto da escola.” Esse olhar de Veiga(2007) demonstra que os projetos estão atrelados ao posicionamento efetivo do coletivo em participar e acompanhar durante todo tempo o processo de implantação e conclusão dos projetos.

Desse modo, a presente pesquisa documental e bibliográfica busca por meio de reflexão conscientizar a todos os inseridos no contexto escolar sobre o papel e a importância do conselho escolar para possíveis mudanças, assim efetivar o espaço para que a comunidade possa participar da construção do projeto político-pedagógico, integrando a aos trabalhos da escola, promovendo de forma efetiva a interação e participação na elaboração de projetos que venham favorecer o processo educativo e a formação humana, juntamente com o corpo docente, discente e a administração escolar com vista na tomada de decisões, que dizem respeito direta ou indiretamente aos trabalhos da unidade. Segundo Aristóteles apud Dias (2003, p1)

O homem é um ser político, portanto, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político. A educação engendra desde sua gênese uma contradição histórica em sua práxis, com interesses antagônicos construídos e desenvolvidos nas relações sociais do meio onde a escola está inserida. A administração escolar, nela incluída o ato de planejar as ações educacionais, pode ser feita de forma centralizada e autoritária, como participativa e democrática, includente ou excludente. Quando a mesma assume a forma participativa e includente, permite uma maior eficiência social e educacional. Para tanto, necessitamos de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surge o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública (DIAS, 2003, p.1).

Esse processo político participativo será um passo importante para melhoria das relações interpessoais entre os membros da comunidade e as questões ligadas à gestão escolar e aos serviços pedagógicos, administrativos e financeiros, tendo como foco a valorização da escola enquanto bem coletivo, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino, sendo uma escola comprometida com êxito de seus alunos, professores, funcionários enfim, comprometida com a qualidade dos projetos, com envolvimento da comunidade no formato de conselhos.

Para tanto, a criação de conselhos só será concretizada com abertura de um espaço realmente democrático onde a comunidade seja acolhida de forma que se sinta importante e necessária, entendendo que os interesses coletivos sobre põe os individuais para chegar ao um único ponto o êxito dos trabalhos escolares, justificando assim a necessidade da criação do conselho escolar.

Este trabalho quer contribuir para a reflexão sobre a efetivação dos conselhos escolares e suas práticas para a afirmação democrática dos processos educativos participativos no contexto escolar.

2. A Importância dos Conselhos Escolares

Ao analisar o PPP percebe-se a problematização da ausência da participação da comunidade por meio do conselho escolar, ou seja, não há uma citação ou algum relato no contexto geral da atuação ou existência do conselho escolar na redação do documento “Projeto Político-pedagógico”, do Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC – Capelinha, apenas há uma intenção de abrir espaço para participação, pois coloca a importância da participação da comunidade escolar e da democratização na página 13 do PPP da escola onde está citado no texto, que se refere ao processo de tomada de decisão e na página 14 no texto sobre as relações de trabalho da escola. No entanto, não propõe a criação e nem como seria a atuação desse conselho, pois para uma escola ser democrática e preciso que haja participação e que seja aberto espaço para que isso aconteça. No atual formato da escola democrática, é preocupante a ausência, pois o conselho é a instância que representa o coletivo escolar, auxiliando os trabalhos e contribuindo na construção de projetos que definirão as metas a

serem alcançadas por meio de planejamentos, sendo estes voltados para melhoria tanto do setor pedagógico quanto do administrativo.

A importância da participação da comunidade por meio de conselhos escolares é justificada, pois estes conselhos são determinantes para concretizar a democracia no espaço escolar entre os diversos segmentos da escola que será imprescindível para a construção de um espaço para debates identificando conhecimentos e valores que serão essenciais para formação humana, elevando auto-estima do participante que sentirá importante para o processo democrático. O conselho é um instrumento que permite a participação da comunidade escolar, visando garantir aplicação de leis que regem e asseguram a educação de forma democrática como a LDB 9394/96 que estabelece em sua redação normas da gestão democrática para o ensino público citado no art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; **II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Para tanto, se deve entender que a democracia é a principal chave para transformação de um país que a partir de 1989 concretizou a participação popular por meio do voto direto para presidente da república, permitindo assim que o povo possa escolher seu representante. Daí a importância que é dada ao cidadão brasileiro o poder de participar e escolher de forma democrática seu representante nas diversas esferas governamentais do nosso país, para que haja transformações tanto no cenário social e político, ao cidadão cabe decidir os rumos do país não apenas do presidente, pois a citação teve a intenção de mostrar a responsabilidade maior depositada ao povo que terá seu representante frente não somente as questões gerenciais de um país, mas sobre tudo representar a sociedade brasileira no cenário internacional.

A escola que se fecha a participação popular em seu espaço para fins de debates torna-se incoerente, pois um país onde a escolha de seus governantes que são realizadas por meio de eleições diretas, e que permite ao cidadão decidir o futuro de seu país, não ter esse mesmo direito de participar no espaço escolar, das decisões para melhoria do ensino da instituição ao qual se encontra inseridas.

Assim considerando a importância que a escola representa como um espaço de reflexão e discussão somando ao processo de politização a escola democráticas e torna um importante cenário para que o aluno e a comunidade tenha um olhar mais crítico da escola, da sociedade e conseqüentemente de seu posicionamento nas decisões frente às questões sócio-políticas com vistas nos interesses coletivos.

2.1 A Gestão Democrática

Porém devemos entender que a gestão democrática, em suas deliberações não deve ser vista ou confundida somente como execução das atividades educacionais participativas, mas como intervenção na formulação das políticas educacionais na sua elaboração e no seu planejamento, fazendo uma leitura do processo que norteia a educação.

A gestão democrática é um processo que envolve conhecimento da história da educação e envolve etapas de pensar, planejar e assegurar aplicação das políticas pública envolvendo a participação da comunidade educacional por meio dos conselhos, proporcionando uma maior aproximação com todos os membros e segmentos da escola, visando integração e valorização do indivíduo, independente da posição que ocupada na sociedade.

A ideia da construção de uma escola como um espaço de participação popular democrático e de acesso a todos, não é um pensamento atual já faz parte da história gerar essa mudança, como na declaração de 1959, onde já havia uma preocupação com os direitos e acesso á educação para todos independente da vivencia social marginalizado ou não, aos portadores de necessidades especiais, reconhecendo a todos como iguais, abolindo assim qualquer tipo de discriminação visando que o educando possa viver feliz e gozar de seus direitos, dentre eles de expor seus pensamentos e ideias.

Formar cidadãos por meio da gestão democrática é permitir a participação da comunidade no processo de tomada de decisão, e nos trabalhos voltados para qualidade escolar. A criação de conselho escolar será um mecanismo que viabilizará esse processo, pois a escola democrática deve abrir espaço para que a comunidade possa falar questionar dar ideias, ou seja, ser participativa atuante em todo processo que envolva a escola.

Tal preocupação se deu devido ao fato que a comunidade e a escola não podem ser vistas como dois mundos isolados e que ambos caminhem juntos para causar mudanças, valorizando a participação do indivíduo junto à construção coletiva e o respeito de ir e vir do cidadão. A constituição brasileira de 1988 em sua redação reafirma que:

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Essa construção coletiva nas quais todos participam, permite entender melhor além dos conflitos sociais, os compartilhamentos de ideias e a experiências das diferentes culturas ai presentes, no trabalho de associar as teorias e praticas. Na medida em que se aprende com o coletivo facilita-se o processo de tomada decisões em que o próprio grupo define as metas comuns para conduzir a instituição escolar.

2.2 Planejamentos e Reformulações Educacionais

Na emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, reforça ainda a preocupação com a qualidade do ensino e ampliação do atendimento buscando universalizar a educação brasileira. Dentro desse conceito e fazendo valer os documentos citados, o objetivo é de tornar a escola como um local democrático e permitir o acesso para participação tanto da comunidade como da equipe docente, o corpo discente, a equipe gestora e demais agentes envolvidos na construção de um projeto que vise à formação plena do educando para sua inserção na sociedade como sujeito crítico, participativo e com autonomia nas resoluções de problemas.

Portanto, para que aconteçam planejamentos e reformulações educacionais preocupados com a qualidade do ensino e com práticas que deem efetividades às ações, isso só será possível com implementação do conselho escolar que propiciará a abertura de um espaço de discussão e principalmente a participação efetiva da comunidade escolar rompendo com os entraves de uma gestão autoritária e abrindo os portões da escola para a comunidade com objetivo de

trazer as pessoas a conhecerem os trabalhos escolares e as funções de cada um, assim, inserindo a comunidade nesse contexto e levando a cada indivíduo a conscientização da sua relevância que somente desta maneira, seja concretizada a democracia no espaço escolar.

Desse modo, as mudanças e melhorias na organização escolar de forma transparente tanto no setor pedagógico quanto administrativo e financeiro acontecerá quando houver um compartilhamento de ideias das reais necessidades da escola e participação nas tomadas de decisões por meio de conselhos que irão propiciar meios para que a concretização da democracia venha através da participação da comunidade de forma organizada e visando interesses mútuos para que a presença efetiva da família e de outros agentes envolvidos seja consolidada.

Assim a descentralização de poderes deve dar lugar à participação coletiva na tomada de decisões com abertura para ser discutido um novo projeto de educação. A construção coletiva, no formato de conselho, deve pautar-se na ideia de tornar o espaço escolar como um local de participação e aprendizagem contínua, em um processo totalmente democrático, buscando meios de enfrentar os desafios e de entender as reais necessidades da sociedade atual por meio de reflexão para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

2.3 Comunidade e escola na construção do espaço democrático.

O entendimento sobre a verdadeira democracia na escola surgirá a partir dos interesses entre escola e a comunidade sendo importante identificar que o respeito aos conhecimentos e valores adquiridos ao longo dos tempos pelos envolvidos possam contribuir para que cada participante do processo se coloque como parte importante e fundamental no coletivo, reconhecendo que suas ações tragam contribuições positivas para o processo de construção sendo de forma responsável visando uma participação efetiva e coletiva – descartando os ideais de uma escola conservadora e tradicional que a presença da família e da comunidade local no espaço escolar, tenha efeitos nas decisões por meio de conselhos e na construção do projeto político-pedagógico da escola.

Participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias. (LUCK, 2008, p. 4).

Luck (2008) dá ênfase a participação como divisão de responsabilidades que implica na construção do projeto político pedagógico que deve ser resultado do convívio democrático na escola, sendo um processo contínuo que se realiza a cada dia com a participação de toda a comunidade interna e externa assegurando sua representatividade, onde sua atuação consiste, crítica e participativa para serem realizadas e para que este processo se efetive, exige um planejamento seguro de todas as ações, associando-as, incondicionalmente, ao projeto político pedagógico, exigindo também o respeito à diversidade cultural.

São necessários a princípio: discutir os fundamentos para a construção do projeto político pedagógico numa perspectiva cidadã; conhecer as dimensões e as culturas presentes no cotidiano escolar e aproveitar as diferentes contribuições que os sujeitos envolvidos podem oferecer no trabalho pedagógico da escola. (GADOTTI; 1997, p. 117).

Na visão de Gadotti (1997) as experiências do cotidiano escolar são de importantes para elaboração de projetos que devem preocupar-se em focar nos processos históricos, políticos e culturais das instituições educativas para estabelecer diante da educação atual um ambiente agradável que venha fazer a diferença na vida de todos os envolvidos e principalmente na vida do aluno.

Portanto em uma administração democrática os envolvidos no processo precisam ser considerados importantes, seja na partilha de ideias para solução de problemas e também na proposta de inclusão do coletivo na construção do PPP (Projeto Político-pedagógico) nos diversos setores do espaço escolar como: alunos, funcionários, professores, pessoal técnico e pedagógico de forma organizada, pois a ação de ensinar ultrapassa o espaço físico da escola e é através das dificuldades enfrentadas nas ações propostas para melhoria do ensino é que se enfatiza a importância das articulações entre a escola e a comunidade, buscando realizar uma educação crítica, criativa, descentralizada e participativa que promova a cultura de cooperação.

Se é verdadeira a afirmação de que para concretizar a gestão democrática, é fundamental a participação de todos os envolvidos no processo educativo, tanto na tomada de decisão, como no compartilhamento do poder; parece natural perceber porque é importante que o (a) funcionário (a) da escola reflita, debata e pratique a gestão democrática. (Gestão Democrática nos sistema e na escola; Brasília 2007; p.13).

Desse modo, é de extrema importância o entendimento e o posicionamento de todos inseridos no conselho escolar para a construção, da análise e da execução do projeto político-

pedagógico, esse estudo será uma ferramenta importantíssima para que a escola possa entender que por meio da participação organizada como conselhos a escola poderá alcançar patamares mais elevados do saber e aprender no exercício de compartilhar pensamento e sobre a importância de todos na participação no processo de tomada de decisão e nas relações de trabalho, tornar a equipe mais participativa para que as relações humanas se tornem agradáveis e o espaço, um local de constante crescimento por meio de troca de ideias, conhecimento e de cultura.

Para entender o verdadeiro sentido do porquê e pra que participar das dos planejamentos escolares cada tópico dos projetos para intervenção voltados para organização e melhoria dos trabalhos escolares devem ser discutidos de forma coesa, com o propósito de buscar e identificar uma gestão democrática, que seja sagrada dentro dos conceitos de uma escolar com pessoas participativas que venham adquirir dimensão articuladora dos recursos humanos em todas as esferas para concretização das metas estabelecidas. Assim, os agentes inseridos no processo de elaboração e execução serão vistos como pessoas “pensantes”, e não apenas servidora de um sistema social de forma passiva, logo um ser ativo, capaz de contribuir para construção de uma sociedade mais ética e justa. Diante desse conceito, pontua-se que o trabalho em equipe é de suma importância para o crescimento de todos, uma vez que os conhecimentos já adquiridos são determinantes para novas aprendizagens individuais ou coletivas na conquista da autonomia da escola. Conforme, GADOTT:

Para tanto é necessário entender que a autonomia da escola será construída a partir dos projetos e efeitos causados por eles sobre a realidade dos recursos humanos e materiais disponíveis para buscar a excelência da escola assim como, respeitar a vivência da comunidade local e propiciar sua participação, como é colocado por (GADOTTI2006, p.52).

A gestão escolar democrática participativa é concebida como um elemento de democratização da escola, que auxilia na compreensão da cultura da instituição escolar e seus processos, na articulação das relações sociais, da qual fazem parte, os desafios concretos do contexto histórico que vivenciamos. A construção do processo de gestão escolar democrática participativa implica repensar a lógica da organização e participação nas relações e dinâmica escolar ao afirmar que fazer da escola, um espaço de formação criticado aluno e não apenas formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

A escola é um espaço de formação humana que existe principalmente em função do aluno. A sua organização em quaisquer dos seus aspectos deve ter em vista a consideração do fim

precípua a que a escola se destina: a criação de condições que possibilite o direito do aluno a falar e ouvira poder participar de forma efetiva na elaboração de projetos que estejam acerca da realidade da comunidade escolar e de situações favoráveis ao bem estar emocional do educando e de os todos envolvidos buscando sempre uma convivência saudável e harmoniosa. Assim o aluno poderá construir habilidades, conhecimentos e atitudes, visando o coletivo sem corporativismo diante das necessidades vitais e existenciais, posicionando diante das dificuldades de forma lúcida, sabendo que superar dificuldades não é uma tarefa fácil, mas não maiores que seus sonhos.

É importante que a comunidade entenda sobre o seu papel na educação. É preciso esquecer a escola opressora e autoritária do passado e posicionar-se diante do novo formato da educação. Entender a escola como instituição democrática deve levar em conta as contribuições que o trabalho em conjunto poderá trazer para a educação e para o meio social desmitificando a ideia que a escola é a detentora do saber e a comunidade não tem nada a oferecer. A participação democrática leva a entender que a escola na atualidade não poderá desempenhar suas funções sozinha sem uma participação mais ampla sociedade e da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões, entendemos que a criação e manutenção do conselho escolar será imprescindível para entender as relações entre a escola com a comunidade acerca dos modos de construção e desenvolvimento do convívio democrático, para que está desempenhe a função social a que está destinada. As reflexões partiram de diferentes fontes: projeto político-pedagógico do Centro de Educação Continuada (CESEC - Capelinha), livros e artigos.

Democratizar é permitir o cidadão o direito de participar e entender que a escola já não consegue atuar sozinha, ela precisa focar nas reais necessidades da sociedade e estar em contato com a realidade que a norteia. Para isso, é necessário trazer a comunidade para dentro da escola, formando parcerias e criando conselhos que serão de extrema importância para construção e execução dos projetos escolares que irá permitir um envolvimento mais global, movidos pelos interesses da comunidade e de todos os agentes envolvidos, sobre um olhar mais amplo daquilo que temos, e daquilo que queremos para nossa escola, focando sempre na qualidade do ensino. Buscando tornar a escola, portanto, um lugar aberto a participação com ideias novas e de esperança para formação plena do indivíduo para preparação e inserção na sociedade de forma que venha posicionar-se criticamente nos interesses da equidade social. Isso só será possível com a conscientização que a ação de ensinar e aprender se faz com o coletivo e ultrapassa os muros da escola.

Em suma, deve-se ir além do limite territorial, cultural e social do estabelecimento escolar, devendo valorizar a importância de todos na construção, superando os preconceitos e respeitando a vivência do outro. Dessa forma, conseguir entender a dimensão social e política da comunidade na qual a escola está inserida, tomando consciência que a ausência de conselhos escolares é uma problemática para qualquer gestão que se diz democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.
2. BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: **democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília/DF. v. 1, 2005a.
4. _____. **Conselhos Escolares e a aprendizagem na escola**. Brasília/DF. v. 2, 2005b.
5. _____. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília/DF. v. 3, 2005c.
6. _____. **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília/DF. v. 4, 2005d.88
7. _____. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília/DF. v. 5, 2005e.
8. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei Federal de 27/11/2009. Brasília: Senado Federal, 2009.
9. GADOTTI, M. **Pedagogias participativas e qualidade social da educação**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Seminário Internacional: Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas – caderno de textos. Brasília/D.F, 2006.
10. João Ferreira de Oliveira. **A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**.

11. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.
12. Secretaria de Educação Básica, **Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Coordenação-Geral de 13. Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino**. Conselhos Escolares cadernos 1, 2, 3,4 e 5.
14. Escolas Pro funcionários, **Gestão Democrática nos sistema e na escola**. Brasília: 2007.
15. LUCK, Heloísa. **A Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.
16. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
17. DIAS, Gilmar. **A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico: Rumo à Autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública**. Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

ANEXOS



PV- PROJETO VIVENCIAL

**DANIELA DINIZ DE SOUZA
FÚLLVIA BRITO MARES VIEIRA
GILCÉLIO DE PAULA DIAS
LUCIANA APARECIDA ALVES PINHOLI
NÍVEA CRISTINA DE ARAÚJO VIANA**

ATIVIDADE – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

TURMA 03

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO -----	3
2 – FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL -----	5
3 – CURRÍCULO -----	6
4 – TEMPOS ESCOLARES -----	9
5 – PROCESSOS DE DECISÃO -----	13
6–RELAÇÕES DE TRABALHO -----	14
7 – AVALIAÇÃO -----	15
8 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA -----	17

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA- CAPELINHA**Ensino Fundamental e Médio**

Rua das Flores, 965, – Centro – 39680-000

– Capelinha- - Minas Gerais –

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA**1. INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente projeto político pedagógico é a discussão assentada em bases democrático participativas, como parte constitutiva da afirmação da autonomia da escola, e, sobretudo, da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, tendo em vista a consecução dos fins da educação escolar no que tange a efetivação da educação como um bem público e direito universal.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel entre as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, onde estas alterações criaram novas demandas e exigências para a escola.

Há de se discutir, portanto, o sentido que seja o PPP. Segundo Gadotti (1994) observa, fazer um PPP significa lançar-se para a frente, antever o futuro. O projeto é pois, um planejamento a longo prazo, consciente e sistematizado onde as escolas o

realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nesta mesma linha de raciocínio Veiga (1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com uma burocracia no interior da escola.

Para Veiga existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Portanto é necessário apontar dentro do PPP os movimentos básicos para construção do mesmo, ou seja, o ato atitudinal (conhecer os conflitos existentes na escola e suas contradições, fazer seu diagnóstico e definir as suas prioridades; o ato conceitual (onde a escola define sua concepção de educação, sociedade, homem, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando um esforço analítico da realidade constatada no ato situacional, bem como definindo suas prioridades a serem trabalhadas) e o ato operacional (que se refere as atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas , ou seja, a tomada de decisão para atingir os objetivos e metas propostos definidas no coletivo).

É preciso considerar que na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidas pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis importantíssimos, cada um tem um importante papel dentro do contexto da construção do PPP.

Todos os momentos que compreendem a construção do PPP devem passar por um processo de avaliação que permitirá ao grupo caminhar do real pra o ideal, desenvolvendo assim, ações viáveis, possíveis de serem implementadas, ou seja, ações que requerem planejamento, avaliação desde o diagnóstico até a execução das ações.

No processo contínuo de elaboração do PPP, a escola necessita de um planejamento que considere a organização do trabalho escolar, e sua prática pedagógica de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem, de fato, a melhoria da qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos.

Sabemos que todos querem o sucesso escolar, transformar a realidade educacional, e que a responsabilidade de construir esse “amanhecer” é do coletivo que constrói o projeto pedagógico. O PPP representa, portanto, o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e organização. Portanto a construção do PPP depende do papel ativo de diversos atores envolvidos no contexto escolar.

A missão da escola é oferecer uma educação de qualidade e uma formação integral pautada nos valores morais, éticos e políticos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuarem criticamente e transformar a realidade de modo positivo.

Nesse sentido o PPP é o instrumento que irá orientar e direcionar o processo educacional numa reflexão-ação-reflexão.

2. FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O planejamento é um processo que revela as intenções da política pedagógica na esfera educacional. É onde as decisões são traçadas de acordo com as metas para garantir a qualidade na educação. O projeto educacional na década de 70 era como um processo elitista, de total controle do Estado. Segundo uma concepção tradicional, não deu certo. A educação na década de 80 via o saber como uma ameaça, onde o Estado precisava manter o controle sobre as pessoas devido aos interesses econômicos da classe dominante. A burocratização impedia a participação para a educação. Anos depois a escola deixa de ter o foco como processo político, mas como técnico pedagógico. Os professores se organizavam para lecionar para o aluno.

No planejamento educacional forma-se através de três níveis que são o planejamento no âmbito dos Sistemas e Redes de Ensino, o planejamento no âmbito da Unidade Escolar e o planejamento no âmbito do Ensino no qual o primeiro responsabiliza o ensino aos gestores públicos na expectativa de elaborar um projeto político pedagógico de forma coletiva. O Estado tem uma grande preocupação em promover ações para o ensino. Nessa fase ressalta a grande importância de traçar os Planos Nacional, Estadual e Municipal. Na segunda fase os objetivos devem ser

bem definidos para os critérios de avaliação. O Projeto gestor e toda a comunidade escolar. Aqui, através do Projeto Político Pedagógico é um importante meio para democratizar as decisões da escola enquanto ao ensino. Na terceira fase preocupa-se com a forma como vai ser executado o ensino, metodologias usadas, planejamentos que consideram a experiência de vida do aluno no contexto social, o ensino será responsabilidade do professor que deverá ter critérios para as ações de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva a elaboração do PPP vem pautado numa série de requisitos pré-estabelecidos por orientações didático metodológicas constantes em livros de renomados autores, e no caso do Estado, em um modelo elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, similar a um trabalho de Conclusão de Curso, além de outros tantos textos a respeito, com a finalidade de orientar a construção do mesmo. No caso específico da Escola denominada CESEC Capelinha, os estudantes tem um perfil bem caracterizado, são aqueles que não tiveram a disponibilidade para frequentarem a modalidade presencial, o que significa também pouco tempo para frequentar o espaço escolar e fomentar as discussões acerca do PPP, outro fator que desfavorece, é o fato de não se poder contar com os pais dos alunos, posto que a grande maioria dos alunos tem mais de 18 anos de idade.

Apesar das adversidades presentes, não podemos conceber a educação sem um plano, sem um norte, o que faz do Projeto Político Pedagógico algo essencial que deve abranger aspectos e dimensões relevantes da formação do cidadão, sempre colocando como ponto central o processo de ensino-aprendizagem, que é o objetivo estabelecimentos de ensino e sistemas educacionais.

3. CURRÍCULO

O currículo consiste no conjunto de métodos, programas, habilidades, competências, atitudes e valores que o educando deverá adquirir na escola. O currículo evidencia o que o sistema e a escola oferecem e também o que ela espera que o educando apreenda durante o seu percurso educacional formalmente sistematizado.

Na condução do currículo, deve se estabelecer uma relação entre a proposta

curricular da escola e a e a cultura local onde a escola está inserida, posto que os conteúdos ministrados também devem estar voltados à realidade daquele local ou região. Estabelecer essa relação faz parte uma ação democrática.

Ao se tratar de organização curricular é necessário estar atento ao cerne desta organização, levando em consideração o que é imprescindível dentro da cultura local. Esta análise deve ser aliada às dimensões histórico-social, uma vez que o conhecimento vem sendo construído ao longo da história e este saber é compartilhado em todo currículo unificado pelos sistemas de ensino. Daí a importância de um currículo diversificado que contemple ambas as dimensões.

Após várias reformas educacionais, o Ensino Médio tenta integrar duas concepções: o preparo para o mundo do trabalho e a preparação para a continuidade dos estudos, rompendo com a dualidade que historicamente separou os estudos preparatórios para a educação superior da formação profissional.

O grande desafio hoje, é levar o jovem a aprender a aprender, o mundo e o mercado exigem que os jovens sejam cada vez mais autônomos e consigam por si só buscar as respostas para a solução dos problemas encontrados. Que tenham iniciativa e busquem essa aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida.

Nessa visão, o currículo representa o projeto a ser desenvolvido pela prática, um instrumento sistematizador de todo o processo educativo escolar. Seus componentes, ou conteúdos, são reflexos de uma escolha cultural e temporal.

O currículo também representa relação de poder. É preciso estar atento na elaboração ou cumprimento de um currículo, levando em conta o currículo oculto que ocorre paralelamente. Este pode ser opressor e excludente, uma vez que pode representar o desejo de uma minoria. Até mesmo os currículos propostos pelos sistemas de ensino e os livros didáticos utilizados devem ser analisados criticamente, posto que podem expressar implicitamente os ideais da classe dominante e serem perpetuados de forma igualmente intrínseca em toda a sociedade. Por isso, a necessidade de que o currículo possua a identidade social daqueles que dele se utilizam e sempre primem por conduzir à igualdade, cidadania e democracia, contribuindo sempre para a criticidade e protagonismo do cidadão como quem constrói a história.

É fato que nos últimos anos, o número de matrículas no Ensino Médio aumentou, e a modalidade EJA vem crescendo em proporção semelhante, conforme dados do Inep, divulgados no site www.inclusive.org:

O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep contabiliza que o número de alunos incluídos na educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA) aumentou 15,3%, de 2010 a 2011. (<http://www.inclusive.org.br>)

No entanto, há que se ter um olhar especial para esse novo perfil de estudante, que retorna após anos sem freqüentar a escola. O currículo deve ser pensado de forma diferenciada e diversificada no interior das escolas.

O atual cenário mostra que o Ensino Médio não pode continuar o mesmo. É preciso não somente reconhecer a necessidade de mudanças, mas também perceber o caráter de urgência, a compreensão de que ações imediatas, voltadas para a transformação das escolas nas suas mais variadas dimensões, não podem ser adiadas.

Para que um bom currículo seja desenvolvido, é indispensável contar com escolas em boas condições de funcionamento, com professores competentes, com especialistas bem preparados e com gestores eficientes. E, tudo isso deve se traduzir em resultados efetivos em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, na sua capacidade de apreender novos domínios cognitivos e novos valores da cidadania e da democracia.

Relembrando a LDB, pág.1, no seu Art. 2º, “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, o ensino médio como parte da educação básica, tem como finalidade assegurar a todos os educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, daí a importância dos Currículo Básico Comum, que agregado às características culturais e sociais de cada localidade levará o jovem ou adulto a um nível mais elevado de desenvolvimento pessoal.

A compreensão do currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro, nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade.

O currículo escolar é uma prática social na medida em que prepara o cidadão para convívio em sociedade e assim sendo, valores disseminados no âmbito educacional permeiam toda a sociedade, daí a importância da não perpetuação das desigualdades e exclusão tão prementes.

Desta forma, o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha ao optar por um currículo para a formação humana compreende que este precisa ser situado historicamente, onde se possam introduzir sempre novos conhecimentos, não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, mas entendendo que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático, ou seja, trata-se de um currículo orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, e, que está assim, a serviço da diversidade.

Sendo os Centros Estaduais de Educação Continuada – CESEC, escolas de regime semipresencial com atendimento individual e personalizado, as metas formuladas não alcançam um número extenso e diversificado de ações, restringindo-se a alguns projetos como palestras periódicas, de cunho social; orientação e acompanhamento individual do aluno através de aula expositiva; correção de exercícios; revisão de conteúdos e aplicação de avaliações escritas; contextualização dos temas transversais constantes nos PCN's, com os conteúdos ministrados.

4. TEMPOS ESCOLARES

Seguindo a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases-LDB/Art.24), que regulamenta a Educação no Brasil, as escolas devem cumprir pelo menos 200 dias letivos anuais, distribuídos em dois semestres. Totalizando, no mínimo, 800 horas. Entretanto há ressalva no Art. 34, em se tratando do ensino noturno:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

Estabelecer os tempos escolares de forma a favorecer a aprendizagem têm sido uma árdua tarefa aos estabelecimentos de ensino. Lidar com cidadãos cada vez mais ocupados pela dinâmica dos tempos modernos tem levado as escolas a enfrentar este novo paradigma: promover o aprendizado num curto espaço de tempo.

Algumas propostas educacionais têm surgido e vem sendo ampliadas ao longo dos anos como os Projetos: Escola de Tempo Integral; Fica Vivo, Mais Educação, entre outros. No entanto, essa realidade não se aplica aos alunos do Ensino Médio, principalmente no Ensino Noturno e EJA, que em grande parte é composto por trabalhadores ou pais e mães de família, tendo pouca disponibilidade para a carga horária dos estudos.

Do ponto de vista pedagógico a ampliação do tempo só se justifica na perspectiva de propiciar mudanças positivas na vida escolar dos alunos, posto que deve haver uma reflexão do tempo que o aluno fica na escola, se este realmente se traduz na qualidade da educação oferecida, ou seja, a ampliação desse tempo só é válida como forma de alcançar melhores resultados educacionais. Embora essa ampliação do tempo escolar esteja também atrelada ao panorama sociocultural, isto é, tempo de escola determinado por demandas relacionadas ao bem-estar dos estudantes, ou às necessidades do Estado e da sociedade. Como por exemplo: eliminação do trabalho infantil, ingresso das mulheres no mercado de trabalho, etc.

Como citado por Cavaliere, 2007, esses projetos visam vários objetivos:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2007. p.1016).

A legislação vigente vem tentando facultar ao jovem e ao adulto que não teve acesso à educação formal em idade apropriada, a possibilidade de concluir o ensino médio, criando para isso tempos escolares modificados, como citado na CF e LDBN:

- O inciso I do artigo 208 da Constituição Federal determina que o dever do estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.
- Lei federal nº 9,394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB, no seu artigo 4º, reiterou o texto da constituição- “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.
- A LDB consagra à educação de Jovens e adultos a Seção V (art. 37 e 38), do Capítulo II (Da Educação Básica), do seu título V (Dos níveis e modalidades de educação e ensino);
- O artigo 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente a esses jovens e adultos oportunidades apropriadas, considerando as características do alunado.
- O Plano Nacional de Educação tem como meta a erradicação do analfabetismo, o que contempla a EJA como facilitadora desse processo.

Apesar da flexibilidade de horários ainda é preciso um permanente trabalho de motivação com os alunos que por vezes param de frequentar as aulas demonstrando dificuldade em assimilar a forma autodidata em que se estrutura o curso.

Reorganizar tempos e espaços quando se trata da modalidade CESEC é um pouco mais complicado, mas é sempre levado em consideração o tempo disponível do aluno para agendamento das aulas, até mesmo contando com a colaboração de professores em horários de estudo para atender àqueles alunos que necessitem.

No CESEC Capelinha ocorre da seguinte maneira: existe um horário de aulas, onde os professores estão disponíveis para atender aos alunos de forma coletiva, na turma. Porém, quando um determinado estudante tem dificuldade de assistir às aulas no horário estipulado, há uma flexibilização do professor que no seu horário de módulo II faz um atendimento individualizado a esse educando, buscando dessa forma atender ao máximo o cidadão que deseja e precisa concluir seus estudos.

Outro aspecto em relação ao tempo escolar é a motivação que deve ser trabalhada no educando. O predomínio de aulas convencionais e expositivas em sala de aula, centradas em conteúdos, e não em competências não motiva suficientemente os alunos da EJA, que necessitam também de tempo e espaço para receber suporte e atenção individual às suas necessidades no processo de

aprendizagem, através de atividades diversas, tais como orientação de estudos, recuperação contínua e pesquisas.

A LDB sempre enfatiza a preparação para o mundo do trabalho e nesse viés a EJA deve além da formação geral, incorporar também as práticas da vida real de seus alunos, assim como as questões relacionadas com seu trabalho.

Os alunos do EJA são pessoas já amadurecidas e engajadas em uma prática social, para a qual devemos levar em conta a vida em família, trabalho e comunidade. Enfim, são cidadãos que já atuam efetivamente na sociedade. Portanto, há que considerar a não dissociação da formação geral das práticas sociais e de trabalho destes alunos.

A ausência na EJA, de atividades de convívio social e de vivências socializadoras, culturais, de lazer e esportes que enriqueçam sua vida escolar, bem como de qualificação profissional que possa contribuir para o trabalho, faz com que

estes alunos se sintam desmotivados durante o curso, o que pode levar à evasão, cabendo então à escola reestruturar seu currículo, tempos e espaços escolares, de forma a favorecer o processo educacional destes estudantes.

Seguindo no sentido proposto pelas legislações, o CESEC Capelinha tem estruturado suas aulas no período da manhã, tarde e noite. Propiciando aos alunos horários flexíveis para o aprendizado, e somando-se a isso as “aulas programadas” de diversas matérias propiciando aos alunos uma revisão geral.

As classes no CESEC Capelinha são heterogêneas, com jovens e adultos, homens e mulheres, trabalhadores empregados ou desempregados, com diferentes níveis de aprendizagem.

Durante o ano letivo no CESEC Capelinha, acontecem também eventos esportivos e festivos de acordo com o calendário escolar, com o intuito de aproximar o estudante e suas famílias do convívio educacional estimulando assim o interesse pelas atividades escolares como algo proveitoso e prazeroso, buscando sempre a formação do cidadão nas dimensões: sócio-afetiva, educativa e laboral.

5. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão na escola acontece quando surgem situações que necessitam ser investigadas, estudadas e analisadas que terão as ações por meio de quem se encontra a frente de um grupo, ou seja, o gestor que deverá se preocupar sempre com o equilíbrio entre o líder e os liderados em um foco único, mas sabendo que apesar de estar inserido em um processo democrático haverá sempre alguém que irá responder e determinará o tipo de decisão a ser tomada.

Nessa visão o processo de tomada de decisão esta totalmente ligado às experiências vividas por meio de conhecimento prático ou teórico, acrescido a motivação e a participação de todos os envolvidos focados nas reais necessidades da comunidade escolar permitindo assim uma abertura para a concretização de uma gestão democrática sólida, preocupada com os resultados, buscando sempre

contemplar a todos de forma direta ou indireta, sabendo que toda decisão final está a cargo do gestor que responde pela instituição no entanto é respaldado por todos que participaram da elaboração de projetos e contribuíram para encontrar respostas ou alavancar propostas. Porém, toda tomada de decisão estará sujeita a risco podendo dar certo ou errado, mas deve ser consciente e sempre buscar alcançar objetivos positivos para beneficiar a todos.

Assim, quando permitimos a participação, a tomada de decisão deixa de ser apenas do gestor e passa a ser da equipe, tornando todos agentes ativos no processo educacional não sendo omissos às deficiências do sistema e buscando por meio de uma consciência crítica encontrar respostas para que a tomada de decisão possa ter ganhos tanto nas relações humanas, quanto na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem .

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A democratização nas relações de trabalho é um dos maiores desafios a serem vencidos dentro do processo de funcionamento do sistema escolar, pois cada grupo sempre terá um foco centrado nos próprios interesses. De um lado, o gestor tendo que trabalhar sobre uma teoria dita democrática que já vem determinada pelo sistema educacional do estado gerenciado pela Secretaria da Educação, por outro a equipe docente e discente que devem desenvolver suas funções acerca das colocações feitas pelo diretor que repassa as orientações recebidas pelos superiores do órgão central.

Assim, todo funcionamento escolar está condicionado a determinado repasse que não pode ser questionado, pois já chega para o diretor como determinação para ser implantado e não questionado, tornando uma pirâmide onde o processo hierárquico não abre espaço para qualquer tipo de questionamento, então, pode-se entender que a democracia torna-se inexistente com a falta de espaço para uma participação da comunidade escolar que estará sempre sendo fiscalizada por um determinado grupo e seus interesses. Diante dos fatos, precisamos rever o verdadeiro objetivo da educação que tem como ponto primordial a mudança e a concretização da educação de qualidade e o acesso de todos os envolvidos por meio da participação visando a construção de um espaço de transformação dentro do contexto escolar.

No entanto, para que a escola possa realmente gerar mudanças, essa deverá acontecer primeiro fora dela, em estâncias superiores por meio de debates junto a Secretaria de Educação e seus agentes políticos, que só assim permitirá que a voz do diretor se torne a voz da escola onde todos os grupos possam ter uma única fala, caminhando lado a lado e preocupados com os interesses mútuos e não individuais.

Considero que a participação por meio da problematização são pontos chaves para se alcançar uma tomada de decisão eficaz para sanar deficiência nos setores organizacionais da escola onde a teoria deve caminhar junto com a prática, respeitando o indivíduo e suas peculiaridades, deve-se então, observar o local onde a escola está situada, respeitando a vivência a cultura da comunidade local

buscando soluções através de planos de ações a serem colocados em prática para que assim possa chegar ao entendimento sem um choque de idéias, visando interesses pessoais, mas de forma totalmente democrática preocupada com o coletivo.

7 .AVALIAÇÃO

A avaliação escolar serve de parâmetro tanto para que o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos seja explicitado quanto o trabalho desenvolvido pelos educadores.

A avaliação precisa assim cumprir a sua função e se efetivar de maneira coerente e justa. Avaliar tem um sentido amplo, portanto diversos instrumentos devem ser utilizados no processo.

Em tempos contemporâneos não se concebe a avaliação como uma forma de classificar e/ou rotular os alunos. Mas, sim como uma importante ferramenta à disposição da escola para atingir o principal objetivo, que é formar cidadãos capazes de construir suas aprendizagens de modo efetivo e significativo. Assim a avaliação deve ser vista como uma possibilidade de orientar o processo ensino-aprendizagem visando melhorar o desempenho do aluno e também do professor,

pois o desempenho docente e dos alunos são focalizações importantes para compreender o processo educacional.

A responsabilidade pela aprendizagem dos alunos é de todos os envolvidos no processo educacional e o processo é tão importante quanto o produto. Portanto os resultados obtidos nas provas o processo avaliativo deve contemplar outras dimensões do processo educacional tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes ou não docentes.

A avaliação escolar não deve priorizar o resultado ou o processo, mas deve ser uma prática de investigação e interrogar na relação ensino aprendizagem buscando identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica.

Tanto a avaliação da escola e da aprendizagem dos alunos são interdependentes e precisam ser refletidas sempre.

A avaliação faz parte do processo educacional. Assim a avaliação da aprendizagem serve tanto para analisar o desenvolvimento do aluno como para avaliar o trabalho desenvolvido pelo professor.

Assim os indicadores para a avaliação da aprendizagem contribuem para o trabalho coletivo da escola.

Indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...), então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente. (DARLING – HAMMOND e ASCHER, 1991, p.37).

Nesse aspecto o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha busca organizar um trabalho participativo para a construção do processo avaliativo na escola tendo o foco no aluno. Entendendo que a avaliação fornece dados relevantes da aprendizagem do aluno e do trabalho do professor, sendo um instrumento de acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, diagnosticando resultados e valorizando-os adequadamente.

De acordo com Navarro (2004, p. 38-40) a escola precisa ser avaliada como um todo, partindo de um planejamento participativo tendo como foco o aluno, considerando os aspectos mediadores do processo pedagógico. E é assim que o CESEC implementa seus trabalhos, contando com a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Entende-se que o processo educacional é relevante para a efetivação da aprendizagem, e as estratégias e procedimentos precisam ser refletidas para as conquistas de resultados satisfatórios, portanto os resultados e o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos devem ser constantemente avaliados, pois o sucesso ou fracasso na aprendizagem dos alunos é responsabilidade de toda a escola.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública/2007**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- Constituição Federal, disponível em: [ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm).
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/_da_educacao.pdf.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Capítulos 2, 3 e 4.
- Inclusive educação e Cidadania. **Matrículas da educação especial aumentam 15,3% de 2010 para 2011**. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=22910>
- LDBN/9394/96, disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
- LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- NAVARRO, Ignez Pinto ET AL. **Avaliação: o processo e o produto**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.
- JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em:
- SOUZA, Ângelo Ricardo. **Avaliação Institucional: Avaliação da escola como instituição**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.